

THAIS ANDRESSA PEREIRA FUSARI

**RELATOS DE EXTENSÃO: PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA
DAS MATERNAGENS E SEUS ATRAVESSAMENTOS INSTITUCIONAIS**

**JAGUARÃO
2025**

THAIS ANDRESSA PEREIRA FUSARI

**RELATOS DE EXTENSÃO: PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA
DAS MATERNAGENS E SEUS ATRAVESSAMENTOS INSTITUCIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado/a em Pedagogia.

**JAGUARÃO
2025**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa**

THAÍS ANDRESSA PEREIRA FUSARI

**RELATOS DE EXTENSÃO: PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DAS
MATERNAGENS E SEUS ATRAVESSAMENTOS INSTITUCIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura
em Pedagogia da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Licenciado/a em
Pedagogia.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 14 de julho de 2025.

Banca examinadora:

Profª. Dra. Juliana Brandão Machado

Orientadora
(UNIPAMPA)

Profª. Ma. Isadora Cabreira da Silva

(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Juliana Ribeiro de Vargas
(UFRGS)



Assinado eletronicamente por **ISADORA CABREIRA DA SILVA, PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR - SUBSTITUTO**, em 17/07/2025, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JULIANA BRANDAO MACHADO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/07/2025, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Juliana Ribeiro de Vargas, Usuário Externo**, em 20/07/2025, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sci/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1787375** e o código CRC **BE2AC584**.

RELATOS DE EXTENSÃO: PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DAS MATERNAGENS E SEUS ATRAVESSAMENTOS INSTITUCIONAIS¹

Thais Andressa Pereira Fusari²

Prof^a Dr^a Juliana Brandão Machado³

Resumo

O artigo analisa os desafios enfrentados por estudantes-mães no Ensino Superior a partir de uma abordagem qualitativa fundamentada em epistemologias feministas e na valorização dos saberes situados. A pesquisa teve como base a realização de um curso de extensão promovido na Universidade Federal do Pampa, que funcionou como espaço de escuta, partilha e construção coletiva de conhecimentos sobre maternagens. Por meio de rodas de conversa, atividades sensoriais, relatos escritos e interações online, foram coletados dados que evidenciam a sobrecarga, a culpa e a ausência de políticas institucionais de apoio às mães universitárias. Os relatos analisados indicaram que a maternidade, quando vivida em meio à trajetória acadêmica, é atravessada por silenciamentos simbólicos e exclusões práticas, o que compromete a permanência dessas mulheres na universidade. A escuta foi compreendida como prática política e pedagógica, capaz de romper com o isolamento imposto às mulheres que cuidam e de promover reconhecimento coletivo. A análise demonstrou ainda que a universidade continua operando sob um modelo excludente, que desconsidera a pluralidade de experiências e os atravessamentos de gênero, raça e classe que compõem o cotidiano das estudantes-mães. Concluiu-se que a promoção de políticas institucionais voltadas à permanência materna, como creches, flexibilização de horários e reconhecimento do cuidado como dimensão legítima da vida acadêmica, é fundamental para a construção de uma universidade mais justa e inclusiva. Ao visibilizar as experiências maternas, o trabalho reafirma a potência formadora das maternagens e sua centralidade na luta por equidade educacional.

Palavras-chave: Maternidade Universitária; Permanência Estudantil; Escuta; Saberes Situados; Políticas Institucionais.

RELATOS DE EXTENSIÓN: PERMANENCIA UNIVERSITARIA DESDE LA PERSPECTIVA DE LAS MATERNIDADES Y SUS TRAVESÍAS INSTITUCIONALES

Resumen

El presente trabajo analiza los desafíos enfrentados por estudiantes-madres en la educación superior a partir de un enfoque cualitativo fundamentado en epistemologías feministas y en la valoración de los saberes situados. La investigación se basó en la realización de un curso de extensión promovido por la Universidad Federal de Pampa, que funcionó como espacio de escucha, intercambio y construcción colectiva de conocimientos sobre maternidades. A través de círculos de conversación, actividades sensoriales, relatos escritos e interacciones en línea, se recopilieron datos que evidencian la sobrecarga, la culpa y la ausencia de políticas institucionales de apoyo a las madres universitarias. Los relatos analizados indican que la maternidad, cuando se vive en el trayecto académico, está atravesada por silenciamentos simbólicos y exclusiones prácticas, lo que compromete la permanencia de estas mujeres en la universidad. La escucha fue comprendida como una práctica política y pedagógica, capaz de romper con el aislamiento impuesto a las mujeres cuidadoras y de promover el reconocimiento colectivo. El análisis también demostró que la universidad sigue operando bajo un modelo excluyente, que desconsidera la pluralidad de experiencias y los cruces de género, clase y raza que atraviesan el cotidiano de las estudiantes-madres. Se concluye que la promoción de políticas institucionales dirigidas a la permanencia materna, como guarderías, flexibilización de horarios y reconocimiento del cuidado como dimensión legítima de la vida académica, es fundamental para construir una universidad más justa e inclusiva. Al

¹Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

²Acadêmica do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa. E-mail: thaisfusari.aluno@unipampa.edu.br.

³Professora Associada do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa e orientadora do TCC. E-mail: julianamachado@unipampa.edu.br.

visibilizar las experiencias maternas, el trabajo reafirma el potencial formador de las maternidades y su centralidad en la lucha por la equidad educativa.

Palabras clave: Maternidad Universitaria; Permanencia; Escucha; Saberes Situados; Políticas Institucionales.

Entre choros e notas: o meu escrever

Apesar de ser mãe e ser chamada assim em diversos ambientes, tenho um nome. Thais Andressa Pereira Fusari é o nome que carrego comigo há 28 anos. Sou filha de Rosana Tavares Pereira, mulher guerreira que viveu inúmeras batalhas em sua maternidade solo dentro de um sistema que fez de tudo para empurrá-la para decisões das quais se arrepende até hoje. Sou mãe do Kalel (o pequeno responsável pela minha trajetória de luta, pesquisa e resistência materna desde seu nascimento) e da Athena (recém chegada e responsável por reafirmar a necessidade da pesquisa, da publicação e do enfrentamento de barreiras institucionais).

Cheguei à Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), no Rio Grande do Sul, em 2019, trazendo comigo não apenas a vontade de estudar, mas o peso e a força de uma vida vivida entre extremos. Cresci no Pará, em constantes mudanças de casa, de cidade, de vínculos, enquanto minha mãe percorria caminhos difíceis em busca de sustento. Minha infância foi marcada por ausências, abusos e dores que moldaram em mim a urgência de compreender, transformar e produzir saber sobre o que nos atravessa quando somos pequenas e vulneráveis. A educação surgiu como um porto, mas também como promessa: eu queria estar ali, permanecer ali, apesar de tudo.

Logo no meu primeiro semestre fui selecionada como bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Pedagogia. Com isso, já nas primeiras semanas de atuação, fui uma das apresentadoras de um trabalho que pautava o Eixo de Direitos Humanos. Me senti pertencente àquele espaço como peças de um quebra cabeça que se encaixam em perfeita harmonia. Poderia então unir meu desejo de estudar as vulnerabilidades sociais infantis com os eixos de Direitos Humanos, Gêneros e Sexualidades e Educação das Relações Étnico-Raciais.

Mas foi justamente ali, no início do meu segundo ano, que o chão cedeu. No primeiro ano da pandemia de Covid-19, descobri que estava grávida. Mãe solo desde a gestação, sem rede de apoio, com o auxílio mínimo das bolsas estudantis, me vi em um lugar apertado entre o medo, o julgamento e a solidão. Todos os conselhos vinham no mesmo tom: “Desista. Volte para sua família. Deixe o sonho para depois.”. O problema era que aquele sonho era o único fio que ainda me mantinha inteira. Durante essa gestação, odiei a ideia da maternidade, não

porque não quisesse ser mãe, mas porque entendi cedo demais o quanto isso me custaria no ambiente acadêmico.

Foram meses entre enjoos, noites insones e aulas interrompidas por choros. Trabalhos não entregues, microfones desligados, olhares impacientes. “Desliga o microfone, seu filho está chorando”, ouvi. “Agora sua vida vai ser fácil, tem auxílio-creche” (na incrível parcela de oitenta reais na época), “O que você faz da meia-noite às seis da manhã?”. Essas frases, ditas por homens em posição de poder, não me deixaram dúvidas: a universidade não havia sido pensada para mulheres como eu. No retorno ao presencial, pedi para levar meu filho à aula. A resposta: “Desde que ele fique quieto”. Me olhavam como se eu fosse o problema. Mas ali, no meio do constrangimento, nasceu a pergunta que mudaria meu interesse de pesquisa e me guiaria por quatro anos de estudos e lutas: por que é tão difícil uma mãe permanecer na universidade?

Com isso em mente, ainda atuante enquanto bolsista PET e associando minhas pesquisas aos três eixos de antes, porém, com foco maior em Gêneros, a resposta veio aos poucos, nos dados, nas leituras, mas principalmente nas vivências. A universidade opera sob um ideal de neutralidade, produtividade e silêncio, três coisas que não cabem em uma mulher que materna. Foram quatro anos de pesquisas, eventos, noites em claro, crises financeiras, ausências institucionais e uma coleção de micro violências cotidianas. Mas foram também quatro anos de luta concreta: vi nascer o direito à carga horária reduzida para mães, o uso do transporte universitário com filhos, o aumento do auxílio-creche e a criação do auxílio-infância. Vi a maternidade entrar nos eventos acadêmicos. Vi escutas se abrirem. Vi outras mulheres se levantarem e me vi experienciando uma maternidade diferente da primeira. Hoje me tornei mãe pela segunda vez, mas não estou só.

Ao longo de toda minha trajetória materna, precisei segurar nas mãos de diferentes pessoas para poder seguir: poucos professores da Pedagogia, alguns amigos de outros cursos, professores de outros campus, colegas de aula, vizinhas e até motoristas de transportes alternativos. Pessoas que não faziam parte do meu lar, mas que entendiam o que defende o famoso provérbio africano: “É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”.

Assim, na minha segunda gestação, não estive sozinha. A paternidade e a parentalidade (mesmo sem laços genéticos) se mostrou efetiva tanto para o novo bebê quanto para meu filho mais velho e isso me mostrou na prática o que eu já defendia enquanto pesquisadora: ter redes de apoio em casa e fora dela, transforma nossas experiências por completo. Contudo, os caminhos universitários ainda demandam esforços.

Antes do curso “Codinome Maternar”, do qual falaremos a seguir, construí caminhos por meio da arte. Todos os anos me inscrevi nos editais do Programa de Fomento à Criação Artística (Proarte) da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec) da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), com trabalhos sobre as maternagens. Produzi um curta-metragem⁴ sobre minha rotina materna, criei um ensaio fotográfico sobre as transformações corporais da gestação⁵, escrevi um e-book-diário que virou palestra⁶, produzi outro curta com outras mulheres, outras histórias, outras resistências⁷. Cada obra era um grito de permanência. Uma tentativa de fazer o que não cabia nos textos acadêmicos transbordar em imagem, som, cor e corpo.

O curso relatado neste trabalho veio como culminância e ponto de partida. Um curso construído para ouvir e ser ouvida, entre mulheres que também não cabem nas regras, mas seguem insistindo em existir com dignidade. Este TCC não registra apenas a construção científica de uma ação de extensão. Ele eterniza experiências que muitas vezes vivemos em silêncio, mas que são, na verdade, coletivas. É documento e denúncia. É escrita e grito. É escuta e revolta. É uma tentativa de abrir espaço para que as que virão não precisem sangrar tanto para serem vistas.

Antes de 2023, cada submissão que eu fazia a eventos acadêmicos com o tema da maternidade era recebida com portas fechadas. As devolutivas vinham com a frieza de quem não se dispõe a ouvir: “o trabalho não possui relevância temática.” Dizia-se que não era científico o bastante. Que era pessoal demais. Que não se encaixava nos eixos. E eu me perguntava: o que é mais científico do que observar as estruturas que excluem, silenciam e adoecem quem cuida? Essas recusas, repetidas ano após ano, não foram apenas negativas burocráticas, foram mais um lembrete de que nossos corpos, nossas experiências e nossas palavras ainda são lidas como excessos dentro da academia. Persisti. E hoje, o que antes era recusado por falta de relevância, tornou-se referência e urgência, ainda que de maneira sutil e insuficiente.

⁴CRISTINA, Pamela. **Mães Universitárias oficial**. [Vídeo]. YouTube. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q6kVeKebH0E>. Acesso em: 03 de Julho de 2025.

⁵FUSARI, Thais. **Das cicatrizes maternas à reconfiguração da sexualidade da mulher mãe**. [Não publicado]. Acervo pessoal da autora, 2022. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/?ui=2&ik=2bc8d1b30c&attid=0.1&permmsgid=msg-a:r-2648804689329212947&th=1841f687a29cd1da&view=att&disp=inline&realattid=1841f65e3a22e20591&zw&acrobatPromotionSource=GmailAttachmentCard>. Acesso em: 03 de julho de 2025.

⁶FUSARI, Thais. **Ma(e)ternidade Ca(Ó)tica: Uma viagem pelo caos da rotina e da mente materna, universitária e trabalhadora**. [Apresentação digital]. Canva, 2023. Disponível em: <https://thais-fusari.my.canva.site/>. Acesso em: 03 de julho de 2025.

⁷FUSARI, Thais. **Codinome Maternar**. [Vídeo]. Canva. 2024. Disponível em: <https://thais-fusari.my.canva.site/codinome-maternar>. Acesso em: 03 de Julho de 2025.

Mesmo com esses pequenos avanços, parece que ao passo em que um pequeno direito é concedido, existe uma tentativa de silenciamento e encobrimento desses direitos (como se fosse um sussurro, para que apenas uma pequena parcela do público possa ouvir). Poucas mães na universidade sabem dos direitos que possuem. Meu papel hoje, ao final dessa jornada árdua e exaustiva que tem sido a graduação, não é de reivindicar permanência para mim, mas sim de difundir o que já foi conquistado para outras mulheres que já resistem aqui e de permanecer lutando e garantindo espaços para quem ainda virá.

Porque minha pesquisa não é neutra.

Minha escrita não é neutra.

Meu viver nunca foi.

1 Do colo que produz ao mundo que nos induz o silêncio

O exercício da maternidade, embora tradicionalmente enaltecido pela cultura ocidental, revela-se, na contemporaneidade, como uma experiência atravessada por desafios e invisibilidades sociais em diversos contextos. A construção histórica da figura materna está, por séculos, subordinada a papéis fixos atribuídos às mulheres, marcados por expectativas de cuidado incondicional, dedicação exclusiva à família e à responsabilização integral pelo desenvolvimento dos filhos. Essas imposições simbólicas e práticas seguem sendo atualizadas no tempo presente, afetando diretamente as identidades particulares do ser-mulher e o acesso e a permanência nos espaços de formação acadêmica e profissional.

A compreensão moderna da infância e, por conseguinte, das funções maternas, é um produto de transformações sociais que se intensificaram a partir do século XVII. A reconfiguração dos laços familiares e a valorização da infância enquanto fase distinta implicaram, progressivamente, na centralização do cuidado nas figuras femininas, especialmente no interior das famílias burguesas do século XIX. Tal movimento repercutiu na naturalização do papel materno como destino essencial da mulher, estabelecendo fronteiras rígidas entre o espaço doméstico e o espaço público e excluindo as mulheres-mães de dinâmicas políticas, econômicas, sociais e escolares.

Neste cenário, a vivência da maternagem dentro das instituições educacionais de Educação Superior ainda encontra entraves estruturais, que perpassam desde a ausência de políticas de assistência até a naturalização da sobrecarga imposta às estudantes-mães. Conforme destacam Luana Fontel Souza⁸ (2019), Camila Infanger Almeida (2020) e Mithaly

⁸ Ao longo deste trabalho, optou-se por apresentar o nome completo de autoras na primeira menção, como um gesto de escrita que busca romper com a impessoalidade acadêmica e reinscrever, com afeto e intenção política,

Salgado Corrêa et al. (2021), essas mulheres enfrentam dificuldades que vão desde a conciliação entre estudo, trabalho e cuidado, até a falta de reconhecimento institucional das suas especificidades enquanto alunas que também maternam. Tais aspectos indicam a urgência da ampliação de políticas que contemplem esse público, não apenas no acesso, mas sobretudo na permanência e no êxito acadêmico.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é problematizar os contextos de maternagens universitárias através de registros de relatos pessoais e rodas de conversas realizadas ao longo do curso de extensão “Codinome Maternar: Dialogando Espaços e Visibilizando Contextos”, no âmbito da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), com participação da comunidade interna e externa. Como objetivos específicos, temos: analisar os relatos coletados; compreender os relatos enquanto saberes e como evidência da necessidade de políticas internas para permanência materna nos espaços acadêmicos em geral; e discutir a importância da escuta para os diversos contextos maternos que impactam no desenvolvimento acadêmico de mulheres que cuidam. A relevância da pesquisa está em visibilizar as vozes historicamente silenciadas, reconhecendo a potência política da escuta e da partilha como ferramentas de resistência, formação e transformação.

O curso de extensão foi idealizado pela discente Thais Andressa Pereira Fusari, coordenado pela Prof^a Dr^a Juliana Brandão Machado e sua realização caracterizou-se como um espaço formativo e de escuta ativa, com vistas à valorização das narrativas maternas em suas diversas configurações. Com metodologia qualitativa, baseada em rodas de conversa, atividades assíncronas e produções reflexivas, o curso dialogou com teorias e experiências, promovendo um ambiente de acolhimento e de construção coletiva do conhecimento através de estudos dirigidos e relatos compartilhados.

Este trabalho se fundamenta especialmente na valorização das experiências vividas enquanto fonte legítima de produção de saber como defendem bell hooks (2013) e Paulo Freire (2015) e, também, a partir de autoras do pensamento feminista negro como Conceição Evaristo (2009), que propõe o conceito de escrevivência como forma de resistência e de registro de memórias coletivas e individuais.

2 Escrevivendo ciências e existências

a presença de mulheres nas tessituras do saber. Nas citações subsequentes, respeitam-se as normas da ABNT, mas não sem lembrar que cada sobrenome carrega histórias inteiras de luta, existência e escrita.

Inicialmente, é importante destacar a essência política na qual este trabalho se ancora (o ativismo feminista) e apresentar uma breve retomada histórica do que buscamos reivindicar ao longo dos séculos.

A luta feminista, enquanto movimento socialmente estruturado, pode ser compreendida a partir de quatro grandes “ondas” históricas, conforme análise de Juliana Marcia Santos da Silva, Viviane Maria do Carmo e Emília Rodrigues Silva Ramos (2021). A Primeira Onda, desenvolvida entre o final do século XVIII e o início do século XX, esteve centrada na reivindicação por direitos civis e políticos, especialmente o sufrágio feminino, sendo protagonizada majoritariamente por mulheres brancas pertencentes às classes sociais mais abastadas e influenciada pelos ideais do Iluminismo e da Revolução Francesa. A Segunda Onda, com maior incidência entre as décadas de 1960 e 1980, ampliou o escopo de reivindicações feministas ao abordar questões relativas aos direitos reprodutivos, à inserção no mercado de trabalho, ao acesso à educação e à crítica às estruturas patriarcais. A Terceira Onda, situada entre os anos 1990 e início dos anos 2000, aprofundou os debates ao incorporar a interseccionalidade, valorizando a pluralidade de experiências femininas, as sexualidades e o enfrentamento de estereótipos de gênero.

Por fim, a Quarta Onda, iniciada na década de 2010, caracteriza-se pelo uso intensivo das redes sociais como instrumento de mobilização e pelo fortalecimento de pautas como o combate ao assédio, ao feminicídio, a ampliação do feminismo negro, a promoção dos direitos LGBTQIAPN+ e a crescente visibilidade das maternagens. Neste último aspecto, a maternidade passa a ser compreendida como um espaço de disputa política, ultrapassando a lógica dos deveres tradicionais para incorporar reflexões sobre os direitos das mulheres, embora ainda enfrente limitações estruturais e simbólicas marcadas por julgamentos morais, culturais e religiosos.

Neste sentido, a constituição da identidade feminina é atravessada por múltiplos marcadores sociais, culturais e históricos que moldam não apenas o lugar social da mulher, mas também, os sentidos que se produzem sobre o corpo feminino (Silvia Federici, 2017; 2019). Quando a identidade se funde à maternidade, essas construções ganham contornos ainda mais complexos, pois a figura da mãe é, por vezes, fixada em discursos idealizados que as rotulam e as afastam da vida ativa profissional, acadêmica e socialmente, para empregarem papel de responsabilidade doméstica.

A maternagem compreendida como prática afetiva, cotidiana e relacional do cuidado, vai além da função biológica e do papel social esperado da mãe. Como aponta Adrienne Rich (1980), é necessário distinguir a maternidade vivida (complexa, contraditória e plural) da

maternidade como instituição patriarcal, que submete mulheres a um modelo normativo de sacrifício contínuo e abnegação total de sua identidade pessoal, de seu desenvolvimento profissional e acadêmico.

Elisabeth Badinter (1985) problematiza essa idealização, mostrando como o mito do amor materno incondicional esconde violências simbólicas e emocionais, ao passo que hooks (2000) nos convida a pensar o amor, inclusive o materno, como prática de liberdade e não de opressão. Porém, existe nitidamente ao longo desses processos históricos, um plano político-social que isola a mulher dos demais papéis, visando sua existência focada na reprodução de novos cidadãos. Segundo Rosely Reis (2008, p.17):

O corpo feminino, mais explicitamente que o masculino, é ponto de articulação e, portanto, questionamento e tensão, do binômio espaço público/espaço privado. As crianças fornecidas por esse corpo são mais que constituintes de uma família, continuadoras de um casal ou de pessoas, individualmente. Tomadas em conjunto, como “população”, são objeto de interesse, controle e normatização por parte dos Estados. Podem ser consideradas como componentes que se querem numerosos para a formação de exércitos, como cidadãos formadores de pátrias potentes, consumidores que fazem crescer economias ou podem se tornar mão de obra inútil ou excedente, conforme as circunstâncias socioeconômicas e culturais, em contextos históricos determinados.

Nessa mesma linha, Federici (2017) retoma a construção histórica sobre o ideal da mulher, atrelado ao capitalismo, que emprega, até os dias atuais, regras sobre o corpo feminino, exemplificadas através dos direitos e proibições sobre a reprodução, as condições para que decidam por intervenções cirúrgicas para controle da natalidade (laqueadura ou hysterectomias) e, também, outras questões atreladas à disputas jurídicas de guarda e pensão.

Nessa linha, Calibã e a bruxa mostra que, na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho (Federici, 2017, p.34).

A partir da perspectiva da autora, a maternidade se torna uma ação necessária para a continuidade da mão de obra do sistema capitalista que vivemos e, com isso, tornou-se necessário que as mulheres fossem encumbidas da obrigação de cuidar e manter essas novas vidas em desenvolvimento para o mercado de trabalho e outras áreas de atuação social.

Com isso, a trajetória escolar das mulheres tem sido atravessada por desigualdades estruturais desde o início das civilizações globalizadas. A socialização de gênero desde a infância naturaliza a ideia de que meninas devem priorizar o cuidado e a responsabilidade afetiva, em detrimento de seus próprios projetos educacionais e profissionais (Guacira Lopes Louro, 1997). Esses papéis de gênero se tornam ainda mais evidentes na juventude e na vida adulta, quando muitas mulheres interrompem os estudos por causa da gravidez ou da

maternidade precoce pela necessidade de trabalhar para contribuir com a renda familiar, ou por falta de políticas institucionais de acolhimento e permanência.

O acesso das mulheres à educação formal é uma conquista recente que tem avançado ao longo dos séculos, mas ainda encontra entraves significativos quando se trata da permanência e conclusão dos estudos. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, mulheres representavam a maioria da população universitária no Brasil⁹, mas essa presença se fragiliza diante de fatores como a maternidade, a sobrecarga com o trabalho doméstico e o cuidado com familiares, que ainda são majoritariamente atribuídos a elas. A maternidade, especialmente, aparece como um fator central nos altos índices de evasão escolar feminina.

Segundo Ana Maria de Oliveira Urpia (2009), a ausência de creches universitárias, a rigidez nos horários acadêmicos e a invisibilização das demandas das estudantes-mães contribuem para a desistência de cursos no Ensino Superior. A permanência estudantil, portanto, não pode ser pensada apenas em termos econômicos, mas também sociais e afetivos, com políticas públicas que considerem as condições de gênero, raça e classe das alunas. Ainda, contribuindo com essa mesma visão, Corrêa *et al* (2021, p.2) afirmam:

Outra questão que se apresenta no contexto situacional da mãe universitária é a necessidade que muitas destas estudantes têm em conciliar trabalho, maternidade e universidade. A confluência de fatores que atravessam a vida de discentes mães, tais como a falta de redes de apoio, a conciliação da maternidade com o trabalho e a universidade e a falta de assistência institucional, constituem fatores que colocam a discente mãe em uma posição de vulnerabilidade. Se faz portanto necessária a criação de políticas que permitam estas sujeitas a acessarem, permanecerem e a progredirem em suas carreiras, além da inclusão e visibilização das pautas maternas, reivindicadas por mães discentes que hoje se organizam por diversos coletivos de mães universitárias pelo Brasil.

Neste sentido, ser mãe, trabalhar e estudar é, acima de tudo, resistência política. Mas é preciso ter cuidado e tato no discurso. Aqui não se aplica o senso comum da meritocracia, pois ele invalida diversas realidades sociais de mulheres que não tiveram a opção de decidir entre cuidar e seguir seus projetos particulares de vida, cabendo a elas a responsabilidade total daquilo que a sociedade já espera que ela seja responsável.

Com essas ideias em mente, podemos destacar que as mulheres-mães que conseguem estar e resistir em espaços de opressão e exclusão, possuem um ponto em comum diante dos movimentos: a luta pela visibilidade das condições maternas para estarem nestes espaços. É através de pesquisas universitárias, sociais e políticas que os projetos são alterados e as

⁹ CORDEIRO, Mirella. **Mulheres são maioria no ensino superior: representam 59% das matrículas.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/mulheres-sao-maioria-no-ensino-superior-representam-59-das-matriculas/>. Acesso em: 25 de Junho de 2025.

condições para a permanência são criadas, e grande parte dessas pesquisas são produzidas por quem vive na pele as dificuldades mencionadas aqui e por autoras como Larissa Souto-Marchand, Erica Galvão e Fabiana Fernandes (2020):

O que queremos dizer, é que ser mães pesquisadoras nos posiciona em um movimento quase automático de enxergar outras mães e perceber o impacto da maternidade na vida das mulheres, ou seja, criamos uma sensibilidade sobre as questões voltadas para a maternidade. Não queremos, de modo algum, essencializar o nosso argumento, como se essa percepção fosse algo próprio das mulheres; pelo contrário, queremos dizer que a maternidade enquanto experiência é um permanente exercício de afinação das nossas percepções enquanto mulheres. (Souto-Marchand; Galvão; Fernandes, 2020, p. 95)

A obra “Insubmissas Lágrimas de Mulheres”, de Evaristo (2011), ilustra diversos cotidianos femininos que nos levam a refletir sobre quais mecanismos sociais poderiam ser utilizados para modificar partes dessas realidades. O narrar dessas histórias pode construir uma rede de escuta que, além de curar feridas profundas causadas pelas convicções culturais do patriarcado, também gera uma sensação de liberdade para que outras mulheres se expressem e criem forças para se libertarem de situações semelhantes e, também, podem servir de pressupostos para a implementação de políticas, projetos e práticas de modificação de padrões e de promoção de acessos e permanências para mulheres em diversos âmbitos da vida social.

Neste sentido, o curso de extensão “Codinome Maternar” buscou trazer à superfície os mais variados relatos sobre maternagens, em especial, sobre o maternar universitário que, por si só, já é um ato de resistir diante da sociedade patriarcal, machista, injusta e capitalista que molda os acessos dos nossos corpos diante da vida em geral.

3 Método é útero: pesquisa que pulsa de dentro

Esta pesquisa adota uma metodologia qualitativa com base na observação participante, especialmente em sua vertente reflexiva e engajada, uma vez que a pesquisadora está inserida no mesmo universo de vivência das participantes do curso utilizado como campo de pesquisa. Como mãe, estudante e mulher que enfrenta os desafios que são objeto de análise neste trabalho, minha posição no campo não é neutra, mas sim implicada e reconhecida como tal.

A construção do campo de pesquisa se deu por meio de um curso de extensão proposto e conduzido por mim, com o objetivo de promover um espaço de troca, escuta e construção coletiva de saberes sobre maternagens e parentalidades. Nesse contexto, os dados foram gerados a partir de diálogos, dinâmicas e registros reflexivos que emergiram dos

encontros, bem como dos relatos pessoais da pesquisadora, que também foram tomados como parte dos dados da pesquisa.

A escolha pela observação participante foi sustentada pelas contribuições do antropólogo Howard Becker (1998), que reconhece o valor da experiência direta e situada como estratégia de produção de conhecimento sociológico, e por autoras como Sandra Harding (1987, *apud* Donna Haraway, 1995) e Joan Scott (1995), que defendem uma epistemologia feminista baseada na valorização dos saberes localizados, situados e subjetivos, desafiando a ideia de neutralidade científica.

Assim, como ferramentas metodológicas, foram utilizados formulários separados e específicos para: Inscrição e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo apenas uma versão; 5 formulários de Avaliação e 5 de Relatos Pessoais das/os participantes, divididos com base no tema de cada encontro. Os arquivos de estudos dos encontros foram disponibilizados através da plataforma *Google Classroom*, pelo grupo de *Whatsapp* da turma e pelos e-mails dos/as inscritos/as. Os encontros síncronos aconteceram via *Google Meet* e foram utilizadas ferramentas de interação como: Nuvem de Palavras, Enquetes, Escala e *Ranking* da plataforma *Mentimeter*.

Cada encontro foi organizado com base em temas específicos e com um guia de diálogo. Foram 5 encontros no total, sendo 4 realizados virtualmente e 1 presencial no Campus Jaguarão da UNIPAMPA.

Os encontros online foram realizados aos sábados às 14h e aconteceram semanalmente no mês de maio de 2025. O primeiro encontro, realizado em 10 de maio, teve como tema central os questionamentos: “Quem somos? Como chegamos ao mundo?”, contendo as seguintes etapas: Acolhimento; Apresentação do projeto; Acesso aos materiais; Relatos ancestrais; Experiências iniciais ao cuidado. O segundo encontro aconteceu no dia 17 de maio e foi organizado com base no tema “Políticas nacionais, regionais e institucionais para Maternagens”, e seguiu as etapas: Relatando as próprias experiências; Relacionando com as problemáticas nacionais e institucionais. O terceiro encontro, realizado no dia 24 de maio, trouxe o tema: “Para quê serve a paternidade?”, e foi guiado pelos seguintes pontos de diálogo: Relações e percepções sobre as próprias experiências; Diálogo sobre pesquisas atuais. O quarto encontro, realizado no dia 31 de maio, trouxe como tema “Realidades em foco: sociedade, cultura, classe e raça” e foi guiado por: Diálogos interseccionais; Estudos atuais; Relações com o Feminismo Negro.

O último encontro aconteceu de forma presencial no dia 06 de junho, em uma sexta-feira, visando a participação da maior parte dos inscritos locais e, também, uma

ampliação do público interno da UNIPAMPA e comunidade dos arredores do campus. A atividade teve como tema “Codinome Maternar: Intervenção, conexão e compartilhamento de emoções” e foi guiada pelas seguintes etapas: Contextualização teórica dos encontros anteriores, meus relatos sobre a maternidade dentro da UNIPAMPA, roda de conversa com os ouvintes e exposição artística sensorial da obra “A Mente da Mãe” que consistiu em uma estrutura em canos de PVC encoberta por lona, criada para “confinar” temporariamente o/a observador/a, onde esperava-se que percebessem visualmente e auditivamente um pouco da simbologia do caos que é o ser mulher-mãe no cotidiano, através de fotos penduradas com recortes de frases ouvidas por mulheres que maternam durante suas rotinas diárias (frases relatadas durante o curso, ouvidas em salas de aula, dentro dos lares, de estranhos na rua, entre outros ambientes) e também um compilado de áudios que ilustram os sons presentes no dia a dia da mulher que cuida do lar, trabalha, estuda e materna.

Sendo assim, os encontros se dividiram com as seguintes atividades: Rodas de Conversa virtuais, mediadas por pesquisadoras convidadas e pela equipe executora; Formulários de Avaliação de cada encontro aplicados por meio do *Google Forms*, abrangendo aspectos sociodemográficos e experiências individuais dos participantes em relação à maternidade, parentalidade, acesso a direitos e avaliação técnica do curso; e formulários de “Relato Pessoal” voluntários e reflexivos sobre as próprias vivências relacionadas ao tema do respectivo encontro.

Nos formulários obrigatórios de “Avaliação”, foram inseridos os seguintes campos de questionamento: espaço para identificação; tópico de mapeamento do público e seu vínculo com a instituição ou demais categoria de participação; escala linear de 1 a 5 sobre a importância do tema do encontro e sobre a atuação da equipe executora e dos palestrantes; campo de destaque para temas abordados que tenha sido mais impactante ao cursista e espaço para sugestões ou comentários adicionais.

Já no formulário de “Relato Pessoal” voluntário, disponibilizamos um campo para identificação (não obrigatório) e outro para o relato. O ponto chave deste formulário em questão, eram as orientações anexadas na descrição e adaptadas para cada tema debatido nos encontros: “Escreva suas experiências de acordo com o tema do encontro: [...]”; “Escreva em parágrafos, frases soltas, poema, poesia ou o formato que melhor lhe atender”; “Sinta-se plenamente à vontade para relatar qualquer acontecimento ou apenas desabafar sobre suas vivências”. Cada encontro contendo seu formulário de relato foi separado por tema de reflexão.

Também foram produzidos materiais audiovisuais e literários, incluindo vídeos, fotografias e relatos escritos, que posteriormente serão organizados em um acervo digital. Os participantes acessaram materiais complementares disponibilizados na plataforma *Google Classroom*, como artigos, documentários e literatura especializada, com a intenção de contribuir para a ampliação do seu repertório teórico.

4 Palavras que doem, escutas que curam: permanência entre atravessamentos

O curso de extensão “Codinome Maternar” foi concebido como um espaço formativo e político para escuta, acolhimento e construção coletiva de saberes sobre maternidades e parentalidades.

No encontro inaugural do curso tivemos a participação da psicóloga Lauren Prestes (Psicóloga do Campus Jaguarão da UNIPAMPA) e da psicóloga e pedagoga Patrícia Prohmann (professora de Educação Infantil na EMEI Jesus Menino, em São Leopoldo - RS), em um espaço dedicado à construção de escuta e apresentação das trajetórias pessoais das participantes. Mediado por reflexões sobre o mito do amor materno e o papel histórico do cuidado, com base em autoras como Federici (2017, 2019) e Badinter (1985), o grupo compartilhou vivências marcadas pelo abandono paterno, violência obstétrica e solidão. A atividade com nuvem de palavras revelou ambivalências no sentir materno, como “culpa”, “amor”, “medo” e “resistência”, apontando para as sobreposições que se impõem ao maternar.

Com foco na análise de políticas públicas e institucionais voltadas à parentalidade, o segundo encontro contou com as convidadas: Ana Paula Dahlke, que coordena o Programa de Extensão Coletivo Mães da UFRGS na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Gabrielle Cury, que atua como doula e como Conselheira Municipal de Saúde em Rio Grande - RS. Neste encontro foram debatidas as limitações dos auxílios existentes, a evasão estudantil, e a necessidade de políticas de permanência mais abrangentes e interseccionais, abarcando assim, a Política Nacional de Permanência Materna, criada pela Portaria nº 2.005 de 14 de Novembro de 2023. Nesse diálogo, as participantes relataram sentimentos de desamparo institucional e dificuldade em conciliar maternidade e vida acadêmica. A escuta coletiva evidenciou o caráter estrutural das barreiras enfrentadas por mães universitárias.

O terceiro encontro propôs uma reflexão crítica sobre o lugar social e afetivo dos pais na divisão do cuidado. Como convidados para o diálogo tivemos a professora e doutora Fabiane Silva, que atua como Vice-líder do Grupo de Pesquisa Tuna - Gênero, Educação e Diferença da UNIPAMPA; a especialista em família, orientadora e supervisora escolar no município de Jaguarão - RS, Liziana Farias Neves; e o professor Diogo Antunes, que atua no

curso de pós-graduação em "Neurociências, Educação e Desenvolvimento Infantil" da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Dialogamos, então, sobre as ausências paternas e a romantização do mínimo envolvimento masculino nas parentalidades.

Os relatos reforçaram o desequilíbrio na responsabilização pelo cuidado e a sobrecarga física e emocional vivida por mães solo. As partilhas provocaram debates sobre masculinidades e a urgência de repensar a presença paterna para além do discurso da “ajuda”.

O quarto encontro aprofundou o debate interseccional sobre maternagens, abordando como raça, classe, gênero e território atravessam a experiência do maternar. Tivemos a contribuição das convidadas: Marizete Silva, que atua como Orientadora Educacional na Educação Infantil e Ensino Fundamental I no município de Pedro Afonso - TO; e Liziane Pereira Lima, atualmente Presidente do COMPIR - Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, e membra do Movimento Negro Ubuntu e da Academia de Letras e Artes (ALAAG) no município de Arroio Grande.

Foram evocadas falas de autoras como Grada Kilomba e Conceição Evaristo para refletir sobre a escrita de si e a escrevivência como forma de resistência. Os relatos revelaram como a maternidade negra e periférica é ainda mais precarizada e julgada. A escuta sensível permitiu a construção de laços afetivos e políticos entre as participantes. Também fizemos reflexões sobre as trajetórias de vida de pessoas negras na sociedade e como as sutilezas do racismo impactam diretamente nos métodos de cuidado de mulheres, homens e crianças.

O encontro de encerramento ocorreu presencialmente e foi marcado por uma atividade sensorial com a instalação artística “A Mente da Mãe”. A imersão, feita com fotos, sons domésticos e elementos visuais, provocou reações intensas entre participantes, que relataram identificação, dor e libertação. A roda de conversa em simultâneo à imersão, possibilitou a elaboração de memórias dolorosas e reflexões profundas sobre maternidade, culpa e resistência. O encontro reafirmou a potência política da arte, da escuta e do coletivo como formas de permanecer.

Cabe destacar que em todos os encontros foram levantados questionamentos que relacionassem o tema específico do dia, com a vivência social, profissional e acadêmica de mulheres que cuidam. Esses questionamentos foram aprofundados no encerramento do curso e nas avaliações exemplificadas a seguir.

4.1 Analisando dores e refletindo permanências

Os dados produzidos por meio dos relatos e das avaliações qualitativas aplicados em cada um dos encontros evidenciaram que a permanência materna na universidade é atravessada por um conjunto complexo de fatores sociais, afetivos, institucionais e políticos. Não se trata apenas de permanecer fisicamente no espaço acadêmico, mas de disputar continuamente o direito de estar, de falar e de ser reconhecida como legítima produtora de conhecimento.

Em relação ao quantitativo de participantes nos encontros do curso, foram registrados os seguintes números com base nos formulários de avaliação: o primeiro encontro contou com 31 respostas; o segundo, com 23; o terceiro, com 19 participantes; o quarto, com 18 assinaturas registradas; e o quinto encontro, realizado presencialmente, teve 20 avaliações recebidas.

Ao longo de todo o curso, apenas três participantes se identificaram como homens. Nenhum deles exerce a paternidade, embora um tenha relatado exercer o cuidado ativo de sua mãe idosa, configurando uma vivência de parentalidade não tradicional. No entanto, no último encontro presencial, observou-se a presença de participantes adicionais que não registraram suas avaliações por meio do formulário. Entre esse grupo, havia mais quatro homens: dois identificados como pais e dois sem vínculo declarado com experiências de cuidado. Esse dado reforça a importância de compreender os registros de participação não apenas em termos quantitativos, mas também considerando a diversidade de experiências e identidades presentes nas rodas de conversa.

Logo nas avaliações do primeiro encontro, a maioria das participantes apontaram, como aspectos mais marcantes, a partilha de trajetórias invisibilizadas, a escuta acolhedora e o sentimento de identificação com outras mulheres em situação semelhante. Entre os termos mais mencionados no campo aberto da avaliação destacaram-se: “sobrevivência”, “resistência”, “desabafo” e “solidão”. Já nos Relatos Pessoais, mais extensos, coletados via formulário, chama atenção o seguinte trecho:

Durante meu curso todo, nunca tive coragem de dizer aos professores que eu era mãe. Tive medo de parecer irresponsável, de ser menosprezada. O curso Codinome Maternar foi o primeiro espaço em que eu pude dizer isso em voz alta e ser ouvida sem julgamento. (Relato Pessoal 1, Codinome Maternar, 2025).

Esse tipo de silenciamento subjetivo, compartilhado por outras participantes ao longo dos encontros, revelou a profundidade das marcas simbólicas que o cuidado imprime sobre a experiência acadêmica. Tal constatação reforça o argumento de hooks (2013), de que a escuta, quando engajada e afetuosa, constitui uma prática de liberdade e de resgate político da voz

silenciada. Nesse sentido, escutar as mulheres que cuidam é, também, um ato de insurgência epistêmica.

A somatória dos dados numéricos das avaliações de todos os encontros, indicam que mais de 80% das participantes declararam já terem se sentido desamparadas institucionalmente por motivos ligados ao cuidado, seja em função da maternidade, do acompanhamento de familiares ou pela ausência de políticas de flexibilização. Na avaliação do 3º encontro do curso, ao serem questionadas sobre o impacto dos encontros, uma participante sintetizou: “Agora sei que o que eu vivo não é um fracasso pessoal, mas uma estrutura que não foi feita para mães.” (Avaliação Encontro 3, Codinome Maternar, 2025).

Esse reconhecimento de que o problema não está na mulher, mas na estrutura institucional excludente, é um dos pilares do conceito de escrevivência proposto por Evaristo (2011). Os relatos analisados narram a dor para denunciar o sistema e elaborar resistência coletiva. Como aponta Evaristo, a palavra da mulher negra, pobre, periférica e mãe é política e pedagógica, produz deslocamentos, move sensibilidades e alimenta transformações. Essas mesmas inquietações podem ser aplicadas no contexto de mulheres que maternam, independente do recorte de classe, raça ou categoria de atuação profissional e institucional.

Além das questões emocionais, os relatos também denunciam as barreiras práticas à permanência estudantil. A falta de políticas públicas voltadas à maternidade universitária, como creches, bolsas específicas e redes de apoio, apareceu em quase todos os formulários respondidos e nos encontros síncronos realizados. Os depoimentos mencionam que, ao engravidar ou cuidar de filhos pequenos, o tempo de estudos se torna diluído, o rendimento acadêmico cai e a culpa se instala:

Eu passava noites em claro, amamentando e escrevendo trabalhos. Dormia em pé no estágio. Não tinha com quem dividir. E mesmo assim, ninguém da universidade parecia se importar. Só me cobravam presença e prazos. (Relato compartilhado no encontro 2, Codinome Maternar, 2025).

Esse tipo de depoimento confirma os apontamentos de Almeida (2020), que denuncia a exclusão da maternidade dos projetos institucionais de permanência na universidade. Como também afirmam Corrêa et al. (2021), a confluência entre cuidado, trabalho e exigência acadêmica constitui uma armadilha que empurra mães estudantes para a evasão ou para a invisibilidade total.

Dentre os dados analisados nas planilhas de relatos, nota-se a recorrência do termo “culpa” associado à maternagem e as obrigações institucionais e acadêmicas. Isso indica que, no ambiente universitário, a maternidade é entendida como algo que compete com a excelência, com a produtividade e com o comprometimento acadêmico de alunas, e também

de docentes e demais servidoras universitárias, transmitindo a sutil imposição de que é necessário uma interrupção da carreira e da produção científica para uma atuação exclusiva no cuidado dos filhos (Almeida, 2020). Essa lógica meritocrática reforça os papéis de gênero denunciados por Federici (2019), que problematiza como o sistema capitalista captura o corpo feminino e destina ao cuidado o lugar do trabalho invisível, exaustivo e não reconhecido.

É relevante destacar que o curso Codinome Maternar propôs não apenas ouvir essas realidades, mas também propor outro modelo de escuta, sensível, afetiva e comprometida. Como previsto nos objetivos, a escuta no curso foi tomada como estratégia pedagógica e política. Os registros demonstraram que, à medida em que as mulheres falavam e eram acolhidas, novos sentidos eram atribuídos à sua trajetória: “Pela primeira vez me senti parte de um coletivo. Ali eu entendi que não sou só eu. Somos muitas. Isso muda tudo.” (Relato Pessoal 3, Codinome Maternar, 2025).

A força desse reconhecimento coletivo está alinhada à proposta de Haraway (1995), ao defender os saberes situados como formas parciais, encarnadas e legítimas de conhecer. O que se construiu no curso foi justamente essa rede de saberes que nasce da partilha da dor, da resistência e da maternidade.

Outro aspecto recorrente nas falas das participantes diz respeito à ausência de empatia e preparo por parte de professores, coordenações e serviços institucionais para lidar com as demandas de estudantes-mães. Em diversos relatos, houve menção à inflexibilidade quanto a prazos, avaliações e frequência, ainda que as ausências fossem justificadas por motivos de saúde dos filhos ou falta de rede de apoio. Um exemplo estarrecedor do que apresento aqui, pode ser compreendido no relato de uma das participantes do segundo encontro:

Moro em uma cidade do interior (Goianira) que é próxima da capital Goiânia. Quando estava grávida (há 2 anos atrás), a faculdade que eu fazia em Goiânia (pública, UFG) não quis me conceder as aulas especiais sendo que ela tinha esse edital. Minha gravidez foi de risco e pedi para ter aulas on-line para que meu semestre não fosse encerrado, porém eles negaram afirmando que eu não tinha comprovantes o bastante do que dizia, sendo que eu tinha todos os exames e o relatório do próprio médico. Fiquei 3 meses na luta, quase perdi o semestre, mobilizei toda a faculdade, falei até com o reitor, aí quando viram que tudo estava tomando grandes proporções, finalmente me concederam. Não tive nenhum outro auxílio além disso [...]. (Relato Pessoal 2, Codinome Maternar, 2025)

Esse descompasso entre as normas acadêmicas e as realidades maternas revela o quanto a universidade ainda opera sob um modelo normativo de estudante, masculino, branco, jovem, sem filhos, disponível em tempo integral e emocionalmente neutro.

Como sustentam Katiúcia Pletiskaitz e Sueli Salva (2022), a maternidade, quando analisada sob a lente da interseccionalidade, evidencia como o gênero, a raça e a classe se

entrelaçam na produção de desigualdades estruturais. Mães negras e de baixa renda, como apontado nos relatos, enfrentam processos adicionais de exclusão, que se manifestam tanto na ausência de políticas quanto na hostilidade simbólica.

Não por acaso, a construção coletiva do curso se consolidou como espaço de reconexão subjetiva e política. Para muitas participantes, o simples fato de terem um espaço onde suas experiências foram legitimadas já representou uma forma de permanência simbólica. Essa permanência, embora ainda frágil frente à ausência de políticas institucionais concretas, demonstrou o quanto a escuta é um ponto de partida poderoso para ações transformadoras.

Como defendem Corrêa et al. (2021), no contexto da extensão universitária, criar espaços de fala e escuta voltados à parentalidade é uma forma de disputar a cultura institucional e ampliar as possibilidades de permanência real. Ao final do terceiro encontro, uma das participantes escreveu: “Depois de participar, eu me dei conta que não quero mais me calar. Que meu lugar é também na universidade, com meus filhos, com minha história.” (Avaliação Encontro 3, Codinome Maternar, 2025). Essa declaração, simples e potente, sintetiza o que o curso propôs desde o início: transformar a escuta em presença, e a presença em política de reconhecimento.

A vivência do último encontro presencial do curso “Codinome Maternar” revelou, com intensidade afetiva e simbólica, o quanto as experiências maternas são atravessadas por dores profundas e, muitas vezes, silenciadas. Os relatos espontâneos das participantes após a imersão sensorial evidenciaram que a escuta de si, mediada por imagens e sons cotidianos do cuidado, despertou sentimentos de identificação, alívio e, sobretudo, elaboração de memórias e traumas. A comoção de uma das participantes, que chorou compulsivamente ao reconhecer que por anos culpou a si mesma pela saúde frágil do filho, quando, na verdade, havia sido vítima de negligência médica e violência obstétrica, demonstra como a maternidade, especialmente vivida em solidão, pode ser um terreno fértil para a culpabilização, quando não existem espaços seguros para nomear e partilhar o vivido. A mesma dor foi compartilhada por outras mulheres, cujas histórias, emergidas no espaço da roda de conversa, reiteraram que o silêncio é também uma forma de opressão institucionalizada.

Por outro lado, o contraste entre a percepção das mulheres e dos homens presentes na atividade ofereceu pistas valiosas sobre os lugares socialmente construídos do cuidado. Enquanto algumas mulheres relataram se sentirem estranhamente tranquilas ao ouvirem os sons sobrepostos do cotidiano doméstico, porque reconheciam ali sua própria rotina, os homens presentes na atividade, expressaram incômodo diante do que consideraram um

“excesso de ruídos”. A diferença de reações não apenas revela o quanto o cuidado permanece invisível a quem não o exerce, mas também materializa, sensorialmente, o que Patricia Hill Collins (2019) nomeia como hierarquia de saberes e experiências: aquilo que é cotidiano para umas é inaudível, e incômodo, para outros.

O encontro encerrou-se, assim, com uma potente reafirmação dos objetivos do curso e desta pesquisa: tornar visível o que foi historicamente silenciado, compreender a maternagem como prática política e fazer da escuta um caminho de reconhecimento e transformação coletiva.

5 Considerações finais: onde a escrita pausa, a luta continua

A escuta atenta aos relatos colhidos ao longo do curso de extensão “Codinome Maternar: Dialogando Espaços e Visibilizando Contextos” confirmou que pensar a permanência universitária na perspectiva das maternagens exige reconhecer os atravessamentos institucionais que impactam diretamente a trajetória de mulheres que estudam e cuidam. Os depoimentos revelaram que a experiência acadêmica dessas mulheres é, muitas vezes, marcada pela sobrecarga, pela culpa e pela ausência de suporte institucional. O que o curso proporcionou foi justamente a ruptura com esse isolamento: ao narrar suas vivências, essas mães puderam se reconhecer mutuamente, transformar a dor em partilha e a partilha em força coletiva. Esse movimento tornou possível visibilizar realidades que seguem à margem das discussões institucionais, mas que precisam ser compreendidas como parte legítima e urgente da vida universitária.

Dessa forma, os relatos de extensão reunidos nesta pesquisa não apenas documentam vivências, mas lançam um chamado à ação. A universidade precisa se comprometer com a construção de políticas públicas internas que garantam a permanência materna de forma justa, digna e equitativa. Criar espaços permanentes de escuta, flexibilizar estruturas e reconhecer o cuidado como dimensão legítima da vida acadêmica são passos fundamentais para uma educação verdadeiramente inclusiva. Que este trabalho, ao reunir vozes e experiências tantas vezes silenciadas, contribua para que as maternagens deixem de ser vistas como obstáculos e passem a ser compreendidas como potência formadora no espaço universitário.

Referências

ALMEIDA, Camila Infanger. **Maternidade e academia: políticas de inclusão de gênero na academia**. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://tede2.espm.br/handle/tede/523>. Acesso em: 24 maio 2025.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Márcia A. G. Tavares. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORDEIRO, Mirella. **Mulheres são maioria no ensino superior: representam 59% das matrículas**. CNN Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/mulheres-sao-maioria-no-ensino-superior-representa-m-59-das-matriculas/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CORRÊA, Mithaly Salgado et al. Maternidade e ensino superior: a extensão universitária como ferramenta para promoção da equidade de gênero nas universidades. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA, 3., 2021, Online. **Anais [...]**. ISBN 978-65-81152-32-1. Disponível em: <https://eventos.congresse.me/iiisbmc-pis/edicoes/iii-simposio-brasileiro-sobre-maternidade-e-ciencia-3-edicao/anais>. Acesso em: 24 maio 2025.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2009.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7–41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 24 maio 2025.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PLETISKAITZ, Katiúcia; SALVA, Sueli. **Maternidade e interseccionalidade**: as implicações de gênero, raça e classe na sociedade contemporânea. In: FERNANDES, Simone; DA ROSA, Gisele Cristina. Memórias, arte e (re)existências: infâncias em tempos de pandemia de Covid-19 e em outros tempos. Porto Alegre: Fi, 2022.

REIS, Rosely S. S. **Cidadania em construção**: a criança, o adolescente e a educação. São Paulo: Cortez, 2008.

RICH, Adrienne. **Of woman born**: motherhood as experience and institution. New York: W. W. Norton & Company, 1980.

SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 24 maio 2025.

SILVA, Juliana Marcia Santos da; CARMO, Viviane Maria do; RAMOS, Emília Rodrigues Silva. **O feminismo negro brasileiro**: uma proposta de análise a partir da crítica interseccional. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 566–578, 2021.

SOUTO-MARCHAND, Larissa; GALVÃO, Erica C. R. S.; FERNANDES, Fabiana. **A pesquisa como escrevivência**: entre resistências e permanências. In: VASCONCELOS, Luciana Neves de (org.). Mães pesquisadoras: atravessamentos e reflexões de mulheres-mães na pós-graduação. Curitiba: Appris, 2020.

SOUZA, Luana Fontel. **Mães na universidade**: performances discursivas interseccionais na graduação. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://poslaplicada.letas.ufrj.br/pt/dissertacoes-de-2020-ate-2017/>. Acesso em: 24 maio 2025

URPIA, Ana Maria de Oliveira. **Tornar-se Mãe no Contexto Acadêmico**: narrativas de um self participante. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.